

Posicionalidade na relação universidade-território: tres movimentos e uma hipótese para pensar a extensão e nela atuar¹

Ana Fernandes

Abstract

O texto discute a relação universidade-território propondo a extensão como a construção de uma racionalidade alternativa fundada nos comuns. Após revisitar as principais tradições da extensão, a autora adota uma posicionalidade latino-americana para enfrentar os desafios contemporâneos. Três movimentos – confronto, interpelação e tecelagem – orientam práticas capazes de desvelar dispositivos hegemônicos que moldam a cidade e a produção de conhecimento, abrir espaços de justiça cognitiva e construir relações plurais e, embora conflituosas, solidárias com os territórios. Com base em experiências concretas, o texto demonstra como a extensão ativa coletivos, fortalece sujeitos invisibilizados, articula saberes diversos e gera comuns em processo, contribuindo para a transformação democrática dos contextos urbanos.

Palavras Chave: Posicionalidade; Saberes contra-hegemônicos; Comuns urbanos.

Tomada de posição sobre a produção compartilhada de conhecimento universidade-territórios: eis uma questão complexa, aberta, que demanda algumas estratégias para viabilizar essa reflexão. Assim, primeiro, uma breve passagem sobre como a relação universidade-sociedade se instaura como problemática. Em seguida, e considerando o engajamento social da universidade numa era de tragédias crescentes, são problematizados tres movimentos – confronto, interpelação e tessitura –, considerados essenciais para a compreensão e atuação da extensão. Por fim, uma hipótese: entender a extensão como razão alternativa.

A extensão enquanto problemática: a necessidade extensionista

A questão da extensão deriva do tumulto das conjunturas da virada do século XVIII para o XIX, período em que a modernidade

¹ Texto apresentado no seminário “The Role of the University in Fragile Territories”, realizado em Milão em maio de 2025. Parte dele – a dos 3 movimentos – está publicada em Fernandes (2021).

conformava «um mundo que não chega a ser moderno por inteiro» (Berman, 1986 [1982]:16). Precedida, a partir das primeiras décadas do século XIX, pela vinculação entre ensino e pesquisa como fundantes da universidade – ou a chamada revolução humboldtiana –, uma crescente necessidade extensionista vai também se estabelecendo – ou uma relação ativa e cooperante entre universidade e sociedade – formulada enquanto possibilidade de buscar equacionar questões cruciais de uma sociedade em crises sequenciadas².

Podemos pensar que a extensão se expressa, ao longo do tempo, de quatro formas distintas, cuja permanência, com maior ou menor grau de dominância, se manifesta ainda hoje em ação combinada, paralela ou conflitiva.

A difusão teórico-abstrata do conhecimento pode ser considerada como uma de suas primeiras manifestações, ainda nos albores do século XIX. Buscou expandir as fronteiras de recepção para o que vinha sendo produzido, sem alterar de modo mais significativo as estruturas institucionais existentes. Por sua vez, uma construção teórico-prática já se esboça como uma segunda forma no final do século XIX e início do XX, na qual se buscam soluções técnicas para problemas graves na produção de alimentos, expandindo a estrutura de ensino para diversas localizações, em interação com produtores em suas realidades específicas.

Mas essa interação vai assumir também outras formas. Interessa-nos aqui aquela enunciada em termos do social, da política e da produção do conhecimento. Dela deriva um terceiro caminho, ou uma problematização teórico-prático-política, como a que se configura na América Latina em meados dos anos 60 do século XX, embora raramente ela compareça na literatura como compondo a periodização da extensão. A desestalinização, os movimentos por direitos civis, os processos de descolonização, a revolução cubana, as profundas desigualdades se combinam para definir posicionalidades na relação universidade-sociedade em nosso continente³: uma posicionalidade latino-americana.

2 Sua plena configuração, segundo a literatura, vem a ocorrer apenas na segunda metade do século XX (entre outros, Jones e Garforth, 1997; Santos e Almeida-Filho, 2008; Zomer e Benneworth, 2010-2011; Pinheiro, Langa e Pausits, 2015; Compagnuccia e Spigarelli, 2020), ou, ainda segundo Berman, já na crise escancarada da modernidade, com uma 'multidão de fragmentos'.

3 Sem dúvida, Paulo Freire, brasileiro (a educação como prática da liberdade)

Nesse caso, trata-se de repensar a própria produção do conhecimento, suas referências múltiplas, prioridades e modos de construção, congenitamente vinculados à busca de uma ordem política e social contra-hegemônica e plural. Esse horizonte foi construído por acúmulos e interações de discussões e ações tanto no campo propriamente político, quanto nos campos da educação, da produção do conhecimento em diversas disciplinas e da justiça social, bem como em suas interfaces. Os ideais de participação, de cooperação e de compartilhamento, assim como uma preocupação ativa com a realidade social, seu território, seus valores e modos de pensar, têm aí um papel fundamental.

Ora, três décadas depois, um sentido inverso será dado a essa problematização, gerando uma quarta possibilidade. Globalmente, a partir dos anos 90, nomeada de diversas formas, a extensão universitária será também marcada por funcionalismo aos modos de acumulação e exploração e conservadorismo político, além do processo de mercantilização da produção acadêmica e intelectual.

Imbricadas e simultâneas na vida universitária e na vida social e política, essas duas últimas posições, enquanto princípios-guia, parecem polarizar atualmente os debates sobre extensão⁴, numa trama complexa e heterogênea de movimentos e de adesões em diversas escalas.

Partidária que sou da posicionalidade latino-americana, que irrompe nos anos 1960 e se espraia a partir de então, com temporalidades e intensidades distintas, a depender dos contextos políticos de cada país, busca-se então problematizar questões tal como se apresentam hoje em nossas práticas que são, simultaneamente, extensionistas, formativas e produtoras de conhecimento. Embora bem longe de ser hegemônica, essa é uma posição que vem se tornando mais potente, tensionando diversas universidades em diferentes países.

Adentremos então esse universo, buscando qualificá-lo e explicitá-lo. Para isso, recorro a algumas reflexões derivadas do trabalho em nosso grupo de pesquisa⁵, vinculado a questões

e Orlando Fals Borda, colombiano (o sentipensar e a pesquisa-ação) estão entre seus expoentes mais destacados (Freire, 1982; Borda, 2009; Mota-Neto, 2018).

4 Que passa a ser também designada como terceira missão.

5 O Grupo de Pesquisa Lugar Comum do Programa de Pós-Graduação da

críticas do urbanismo e do planejamento urbano. É desse campo (ampliado) e de suas conexões com cidades e territórios que partem os desafios à reflexão e à prática.

Posicionalidade

Começamos pelo que pode ser chamado de posição reflexiva, ou o tensionamento dos próprios sujeitos do pensamento. Na direção apontada por Gramsci⁶, ao comporem coletivos sociais mais amplos, esses sujeitos podem se tornar trincheiras. A trincheira aqui significa trazer como fagulha da ação reflexiva

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, constituído em 2010, tem trabalhado com comunidades e ocupações populares para desenvolver coletivamente planos de bairro ou outras demandas delas provenientes, por meio de projetos de extensão. O objetivo é resistir a processos de expulsão e aos efeitos negativos de empreendimentos imobiliários de alto padrão e de políticas urbanas autoritárias, bem como criar coalisões na produção de conhecimento que possibilitem uma construção mais horizontalizada e democrática. Deriva daí um papel de interlocução do grupo de pesquisa também junto a entidades como o Ministério Público e a Defensoria Pública, a universidades nacionais e internacionais, assim como junto a representantes políticos locais, membros de associações de moradores, entre outros. Conceitualmente, o Lugar Comum tem pautado sua trajetória de atuação pelo tensionamento de três referências: o entendimento do urbano e da cidade como conflito e criação; o urbanismo como potência do comum; e a produção de direitos e de urbanidade como perspectiva multiescalar, multifacetada e (in)transitiva. A partir desses imbricamentos, o grupo trabalha com diversidade de temas sobre a cidade, o urbano e as políticas públicas e, nesse vasto campo, desenvolve ações de pesquisa e de extensão, sempre articuladas com a formação sobretudo no campo da arquitetura e do urbanismo, mas também do direito. Na ação sobre a cidade, o Grupo analisa e se posiciona frente às intervenções associadas ao chamado urbanismo corporativo ou ao urbanismo *ad hoc*, na sua relação imperial com o território preexistente e a consequente subtração de direitos. Também se volta à discussão da política urbana e suas dimensões de formulação, articulação e prática, buscando tensionar princípios e materialidades de sua consecução, construindo mediações entre o pensamento abstrato da proposição e sua transmutação em espaço concreto e articulador da vida coletiva. Assim, em análises comparativas ou orientadas para situações específicas, discute o quanto o urbanismo pode se reverter em objeto de ações casuísticas, em instrumento manipulável e subjugável à apropriação corporativa da cidade e, ao mesmo tempo, o quanto o conflito se torna ingrediente de construção de um urbanismo mais democrático, antirracista e vinculado aos direitos sociais, fazendo emergir disputas de poder, contradições e contrações implícitas ao seu exercício. A respeito do Grupo, ver também Fernandes (2020) e Fernandes, Figueiredo e Leandro (2022).

⁶ Segundo Gramsci, os próprios «quadros sociais eram de per si ainda capazes de se tornarem trincheiras municadíssimas» (Gramsci, 1988: 74).

e investigativa o combate às desigualdades, assimetrias e injustiças, em construção contra-hegemônica, associando estreitamente produção coletiva de conhecimento, liberdade de pensamento, escolha política e potencialização de lógicas plurais de justiça e democracia em direção à transformação social.

A operação de encadeamento se faz então através da ideia de urgências. Para Sorkin (2014), o pensamento crítico deve situar a natureza de sua urgência. A partir dela, delinea-se o mundo teórico-prático e o tempo social nos quais nos movemos e sobre os quais atuamos. O registro é triplo: por um lado, em circunstância de império cada vez mais violento, onde a morte se banaliza, importa colocar em questão os regimes de verdade, aqueles que são propagados como inevitáveis ou únicos com capacidade para fazer frente às sucessivas crises de nossa contemporaneidade. Por outro, ao considerar a democracia como ação (Rancière, 2005), fertilizar o campo da multiplicidade social, seus desígnios e formas de expressão. Ou seja, participar e laborar ativamente na construção coletiva de legitimidade social, política e de conhecimento, incorporando sujeitos invisibilizados, desprestigiados, quando não criminalizados pelo *status quo*, bem como dar lugar a suas experiências cotidianas e ordinárias, ou ainda divergentes, disruptivas. Por fim, movimento no sentido do cultivo do cuidado como política urgente e abrangente de vida. Cuidado entendido como «um estado afetivo, um fazer material vital e uma obrigação ético-política» (Puig de la Bellacasa, 2010: 90, tradução livre), com caráter vinculante entre sujeitos. Contra todos os “cídios”, inclusive o epistemicídio, desconstruindo a morte e seus agentes, esse vínculo se alimenta da expansão democrática de horizontes vitais em todas as direções e dimensões, sejam referentes a raça, gênero, sexualidade, ambiente, tradições, crenças, culturas, saberes, modos de vida, sejam formulações de pulsões de vida ainda por vir. Essas poderiam então ser consideradas como urgência reflexiva, operadas a partir de trincheiras de pensamento e de ação.

Três movimentos: confronto, interpelação, tessitura

Trata-se então de refletir, em nosso campo de ação – ensino, pesquisa e extensão –, sobre três movimentos: o do confronto;

o da interpelação; e o da tessitura, tendo como âncora referente os processos em andamento na realidade brasileira, observando seu caráter sempre em curso, cujos termos e relações demandam continuamente aprofundamento e investigação.

Confronto

Os modos hegemônicos de ação política e econômica nas cidades e suas práticas articulatórias são crescentemente opressoras, discriminatórias e excludentes. Trata-se de processos que nossa área bem conhece, os quais, delineados já há algumas décadas, vêm se aprofundando e generalizando através da tomada de posse do Estado por formas de regulação pautadas pelo interesse privado, gerando movimentos violentos de despossessão e de devastação étnica, social, ambiental, cultural, política, cognitiva. Embora não apenas, é também em relação a esses processos que velhos e novos sujeitos sociais se (re)configuram, pois o «'eles' representa a condição de possibilidade do 'nós', sua 'exterioridade constitutiva'» (Mouffe, 2011: 25, tradução livre). Portanto, para além da trincheira permanente da afirmação da condição primeira de legitimidade dos diversos sujeitos sociais e de seus horizontes societários, interessa também conhecer, confrontando-as, as relações estabelecidas pelos agentes hegemônicos, como se estruturam, como se movem suas ideias e suas seduções na proposição do presente e do futuro de nossas cidades. Ou seja, trabalhar em várias escalas.

Coordenadas por rígidas regras e modelagens de mercado e do chamado pós-fordismo financeirizado e global, as ações hegemônicas supõem, simultaneamente, desregulamentação e produção acelerada de normas (Santos, 2001). Dessa situação deriva a centralidade da chamada “segurança jurídica”, que regulamenta desregulamentando, através de arranjos institucionais, políticos e técnicos informados por formulações hegemônicas, em geral estratégicas, de planejamento urbano e regional, com frágil participação e concretizados naquilo que eu chamo de “urbanismo corporativo” (Fernandes, 2013), seja ele público, seja privado ou associado.

Ou seja, instrumentos para o planejamento urbano, de interesse social ou público, regulamentados, como, no caso brasileiro, o celebrado, embora limitado “Estatuto da Cidade”, aprovado em 2001, construído em longos e intensos processos de

negociação social, é crescentemente reduzido em seu escopo de aberturas possíveis para a construção de cidades social e ambientalmente mais justas e plurais. Mas, mais que isso, essa redução vem acompanhada, quando não substituída, por uma fabricação intensa de novos instrumentos jurídicos de interesse privado – como as parcerias público-privadas, as manifestações de interesse privado, as concessões de todo tipo, inclusive urbanísticas, as privatizações. O setor privado passa, portanto, a poder encampar, em sua esfera conceitual, operativa e propositiva, o próprio processo de planejamento, ainda que de forma bastante fragmentada, focalizada, em geral, sobre os espaços luminosos existentes ou aqueles que se ambiciona produzir.

Assim, horizontes temporais cada vez mais distantes são vislumbrados, carregados dos jargões do estratégico e do sustentável e operados por uma rede intrincada de agentes, na qual têm poder considerável grandes empresas de consultorias nacionais e globais, as grandes agenciadoras de nosso futuro.

Essa formulação de futuro tende, em geral, a vir acompanhada da rejeição dos contextos, das populações e de suas demandas efetivas. Ou o relógio despótico de Milton Santos, que se alimenta apenas do imaginário da velocidade e da fluidez e seus corolários de produção de escassez. Nesse caso, é fundante contrair o futuro (Santos, 2001), o que significa torná-lo escasso, objeto de cuidado.

O movimento do confronto, portanto, se estabelece como necessidade de compreensão desses modos de operação de realidades e de perspectivas – é um futuro marcado – e de uso de recursos públicos para as cidades, de seus agentes e configurações. Ele interroga, ainda, de forma aberta, nosso papel formativo (e seus limites), nossas fontes de financiamento e as possibilidades dialógicas e conflituais da ação no mundo. De modo mais geral, ele se insurge pelo fim das várias formas de autoritarismos e opressões acoplando-se a um combate cerrado, intelectual, social e político a esses procedimentos e seus sentidos, construindo práticas contra-hegemônicas num sentido agonista (Mouffe, 2011).

Ou seja, o movimento do confronto reconhece a legitimidade de sujeitos sociais invisibilizados e oprimidos na arena pública por processos que, recorrentemente, lhes nega lugar de existência,

considerados que são como zonas borradas de não direito. E busca construir coletivamente racionalidades derivadas não apenas da economia, mas da política e do cuidado com a vida em todas as suas dimensões.

Interpelação

O movimento de interpelação parte do pressuposto de que, para além do confronto com processos hegemônicos de produção do espaço, se faz também necessário descolonizar nossas práticas e epistemologias de conhecimento por serem restritivas e incapazes de dar conta da multiplicidade de existências. Geram, também, apagamentos e outras formas de opressão, pois, como bem argumenta Bhabha, os discursos «produzem, mais do que refletem, seus objetos de referência» (Bhabha, 1998: 46). Assim, a ideia é a de interpelar, o que aqui significa questionar, com rigor e abertura, nosso universo acumulado de princípios e conceitos, buscando dar lugar, interagindo, a outros sistemas de pensamento a serem considerados como equivalentes em legitimidade, construídos na esfera pública. Trata-se de luta pela justiça cognitiva.

Para tanto, é importante desnaturalizarmos os espaços a partir dos quais pensamos e compreendemos e o que eles silenciam; e, ainda, nos indagarmos sobre como se poderia interagir com outros modos de conhecimento.

Para o primeiro caso – problematizar os espaços cognitivos a partir dos quais pensamos e compreendemos –, vale lembrar a preciosa conclusão de Mia Couto sobre «a dificuldade de tradução não de palavras, mas de pensamento» (Couto, 2009:17). A questão, portanto, seria a de termos clareza de que bebemos, por mais criticidade que tenhamos, num pensamento ocidental constituído, herdado e renovado como única forma de racionalidade do mundo, numa mistura daquilo que Santos (2002) chama de ‘razão arrogante’ – a que se imagina livre – e de ‘razão metonímica’ – a que se imagina como única forma de racionalidade. Essas razões têm de ser, ao mesmo tempo, mobilizadas e desnaturalizadas.

Isso significa interpelarmos nossos modos de compreensão, entendendo nossa posição de sujeitos ou «a voz social que [n] os fala» (Escobar, 2011: 265). E, ao mesmo tempo, nos abriremos para sistemas de pensamento distintos, outras vozes sociais

que, sem qualquer excentricidade ou folclore, se organizam a partir de outras estruturas ontológicas e societárias. É possível descolonizar a razão permanecendo nos mesmos espaços filosóficos? Nos mesmos espaços acadêmicos? Com os mesmos sujeitos institucionalizados? Importa, então, reconhecermos essas outras formas de dominação, submissão e naturalização, sejam elas territoriais, sejam urbanas ou acadêmicas. E, assim, interpelarmos nossas próprias práticas de produção de conhecimento, buscando des-silenciar repertórios, percepções e construções de mundo, num processo simultâneo de re-alfabetização e letramento.

A segunda questão, a de como interagir com esses outros mundos e modos de conhecer, nos leva a uma segunda ordem de questões: se é impossível ser o outro, como proceder? Uma interação com legitimação recíproca, que seja acordada e simétrica? Que reconheça e valorize outros sujeitos?

Aqui, o conceito de comum pode ser operativo através das ideias de comunicação entre singularidades, de mobilização e de poder de fala. Ou seja: o comum se baseia na comunicação entre singularidades e se institui enquanto uma relação entre um coletivo com uma ou diversas coisas (Hardt e Negri, 2005; Dardot e Laval, 2014). Não se trata de entidades pré-constituídas, substância orgânica ou um coletivo pastoral e apaziguado: o comum se institui enquanto trabalho e processo colaborativo de produção, a um só tempo construção social conflitiva e solidária. Nesse sentido, tratar-se-ia de construir um espaço compósito e plural, no qual legitimam-se mutuamente os membros e no qual poder de fala e poder de escuta constroem-se simultaneamente. Ou seja, um sistema plural de referências, coletivamente legitimadas, o que evitaria, por um lado, qualquer resvalada para a ideia de pensamentos puros (ou ainda autóctones) e, por outro, a de sujeitos coletivos eternamente dependentes da razão hegemônica. Como afirmam Hardt e Negri, a partir de Paolo Virno: «nosso poder de fala é baseado no comum, ou seja, nossa linguagem é compartilhada; todo ato linguístico cria o comum; o próprio ato da fala é conduzido em comum, em diálogo, em comunicação» (Hardt e Negri, 2005: 262).

A operação conjunta da língua seria, portanto, uma possibilidade de, ao convivermos e trabalharmos com sistemas de pensamentos distintos, podermos adentrar outras possibilidades

de sentidos e interpretações. Quiçá, podermos construir modos de compreensão sobre um mundo ontologicamente diverso, com pensamentos circulares, causais, dialéticos, mágicos, microcósmicos. Todos eticamente formulados a partir da relação sujeitos/sujeitos, entre eles, inevitavelmente política.

Ou seja, um espaço teórico-experimental permanente, que possibilite a expressão de diversos sistemas de pensamento e a construção coletiva de sentidos e de perspectivas. Não se trata então de incluir essa construção numa estrutura pré-existente, simplesmente expandindo-a – como as políticas de inclusão buscam fazer. Trata-se, como sugere Tapia (2010), de articular, de uma nova maneira, estruturas sociais provenientes de diferentes matrizes societárias, ou seja, distintas relações sociais, cosmovisões, línguas e estruturas de autoridade.

Esse espaço teórico-experimental – ele também um espaço potencialmente comum – interpelando a academia e suas formas hegemônicas, anseia por ser problematizado e construído, fazendo confluir os diferentes sujeitos de conhecimento e sistemas de pensamento em espaços e situações a serem redescobertos e reinventados.

Tessitura

Tessitura aqui é entendida enquanto prática de encontros, de formação de convergências plurais acerca de uma urgência, de um interesse, de um conflito, que tensionam um horizonte coletivo. É metáfora que se refere «ao caráter processual, aberto e relacional da prática de definição de um campo compartilhado» (Fernandes, Figueiredo e Leandro, 2022), um comum em construção, o qual, enquanto razão alternativa (Dardot e Laval, 2014), busca caminhos situados além dos regimes estabilizados de conhecimento e de ação.

Considerando que a conflituosidade do coletivo não pode ser evitada, porque inerente aos diversos interesses em presença e, por outro, que as práticas são contingentes (Mouffe, 2011), não havendo solução racional dada a priori e nem rota segura ou normativa pré-estabelecida, trata-se de se assegurar de princípios democráticos que possam guiar essa ação, sobretudo considerando que hegemonia é processo, não existe passivamente, sendo continuamente desafiada em maior ou menor intensidade.

Dito de outro modo, a mobilização pelo comum implica a ativação de práticas societárias expansivas em termos de direitos, saberes e anseios coletivos, instigadas de forma permanente. Importa, portanto, assegurar legitimidade dos agentes sociais em presença, seus saberes, tradições, recusas e anseios, bem como reconhecer diferenças e respeitá-las, abrindo-se para a construção, mesmo que conflitiva, de laços de confiança, de lealdade e de solidariedade. Esses princípios de ação, já há muito enunciados, são, no entanto, fragilmente ainda efetivados por circunstâncias diversas em nossa prática social, política, acadêmica e profissional.

Nesse movimento, a noção de território se impõe enquanto concreção da multiplicidade social e das relações políticas no espaço. Trata-se de assumir que não existem territórios vazios e que agir sobre eles deve supor e reconhecer suas variadas formas de existência, tomando-as como ponto de partida. Mas, o que sabemos desses territórios, se opacos e desprestigiados, caracterizados de modo perverso como se constituídos apenas pela falta e pela carência? Como vislumbrar, distinguir e analisar as lógicas solidárias e comuns que presidem a tantas outras formas de vida urbana e a elas se aliar?

Em geral pouco visível no cotidiano de quem dele não participa, situações de crise – pandemia, eventos extremos, desastres – mostram a vitalidade de um espreado tecido social em movimento, evidenciando sua capacidade de organização e de mobilização particularmente em movimentos de solidariedade nos territórios populares. Ou seja, é fundamental o envolvimento e a articulação com esses territórios de vida, através de seus operadores sociais, sejam lideranças ou polarizações locais, em suas diversas formas organizativas – rádios comunitárias, espaços e grupos culturais, religiosos, equipamentos escolares, de segurança, de saúde, entre outros.

Para refletir sobre esses processos de articulação do tecido social em seu próprio fazer espacial é inspiradora a ideia de espaço vivido (Lefebvre, 2000), aquele que, contrapondo-se ao espaço concebido, é tributário dos sujeitos-habitantes, envolvendo o tempo cotidiano, afetivo, corporal, opaco. Os 'gestos-fio' de Ribeiro (2005) inspiram nessa mesma direção. Em crítica contundente às leituras «mecanicistas e funcionalistas da vida urbana», redutoras de sua complexidade, a autora buscar

dar conta do fazer sociedade através do olhar interessado na «ação que resiste à destruição dos valores e das práticas que garantem a reprodução social». Ou seja, aqueles gestos-fio que, «elaborados pela ação espontânea», tecem, «costuram saberes à co-presença», estimulando a «capacidade de narrar a troca singela, que enfrenta tanto o discurso catastrofista quanto a grande narrativa» (Ribeiro, 2005: 412, 416-417).

Expandindo essa bela compreensão, e agora pensando não mais em ação espontânea, mas em intencionalidade ativa, propomos a ideia de 'ações-fio' para aproximar-nos das práticas dos operadores sociais territoriais, também elas elementos ativos da tessitura social cotidianamente impregnadas de território. São sujeitos de direito em ações-fio, tendencialmente coletivos, que respondem a especificidades, demandas e aspirações coletivas situadas mediante diferentes redes de contato e de trabalho conjunto, com maior ou menor escala e duração. Estreitamente vinculadas ao lugar e ao cotidiano – esferas felizmente difíceis de domar em (di)visões cartesianas –, trata-se de pugnar por espaços vitais para a reprodução coletiva, sensível e democrática nas cidades.

Assim se, para os processos hegemônicos já referidos, trabalhamos com a ideia de necessidade de contração do futuro e de expansão do presente, aqui, nos processos contra-hegemônicos, ao contrário, importa proliferar a criação de porvires e alternativas, disputando-os. Há, portanto, «urgência em descolonizar o futuro» (Miraftab, 2016: 364), numa construção plural de realidades humanas, em toda a sua complexidade e «alimentada pela simples necessidade de continuar existindo» (Santos, 2001: 133). Felizmente, já existem experiências aos milhares que apontam para esses caminhos e possibilidades, ansiando por sistematização, crítica, formulação, interlocução, espraçamento.

Extensão como razão alternativa

Estamos então propondo, a partir dos acúmulos do campo, da Universidade e da experiência do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, associados à instigante formulação teórica de Hardt e Negri e de Dardot e Laval, que a extensão seja entendida enquanto construção de razão alternativa, através de processo de instituição de comuns. Assim, é a conexão entre um coletivo

que problematiza algo e cuida dele (um imperativo ético-político) – bairro, comunidade, favela, rio, praça, terreiro, patrimônio, pedra, praia, quintal, sentido, tradição, expressão, invenção – que tende a constituir um comum. Ou, a extensão entendida como uma prática coletiva: prática ‘de confronto e de práxis instituinte frente à tragédia do mundo’ (Laval e Dardot, 2014). Ou seja, não se trata apenas de reação, mas também de criação e proposição (Hardt e Negri, 2005), através da construção de interfaces. Elas pulsam ao mesmo tempo sob ritmos distintos de vida e de pertencimento, e convergem para um interesse mútuo e partilhado, agregando diferenças e cultivando coexistência. A mobilização do comum emerge portanto condicionada por sua elaboração em política.

Processo no qual todos se transformam. Processo que é, ao mesmo tempo, permanente (pelos laços de solidariedade e de experiência que constrói) e fugaz (pelas interrupções de várias ordens que se impõem). A extensão diz também respeito à divisão social e técnica do trabalho, buscando superar o trabalho alienado e construir possibilidades de trabalho livre, em lógicas situadas. O que implica em continuidade e duração.

Então, como pensar esse conjunto de questões na prática da extensão a partir da experiência?

Elementos de experiência

A natureza da urgência social repousa sobre conflitos que ameaçam direitos, construindo um coletivo, um sujeito coletivo de direitos. Dessa urgência deriva se retoma o movimento, mobilizando redes, tensionando-as e expandindo-as. São situações ancoradas em e decorrentes da construção social e política de processos de inexistência – conexos com a ideia de exclusão, significa ser e permanecer exterior ao universo delineado de inclusão, porque irrelevante. Isso torna impossível a co-presença. Ou processos de invisibilização social – conexos à ideia de segregação, quando se despreza os sujeitos envolvidos, considerados indignos de respeito e estima. Ou ainda processos de injustiça – em geral em duplo registro: um, em relação ao quadro normativo vigente (não aplicado); outro em relação ao que deveria vir a ser o justo, o que significa mobilizar elaboração e criação.

Dimensões no mais das vezes mais que emaranhadas, trata-se

então, através do trabalho coletivo em rede, buscar fazer existir na esfera pública os sujeitos sociais vulnerabilizados, retirando-os da inexistência e da invisibilidade e buscando justiça. O que significa urgência em elaborar argumentos, mobilizar e articular tantas instâncias quantas sejam necessárias, ativar instrumentos, formular proposições que possibilitem defrontar planos e projetos de natureza hegemônica, vertical e autoritária. Mas também sensibilidade para manter invisibilidades, aquelas que sejam sensíveis aos modos de viver e aos constrangimentos de cada lugar. Não é necessário transparência total, como técnicas de polícia e controle securitário poderiam imaginar, mas legitimidade.

Muitas palavras podem designar esses processos. Pelas nossas experiências, podem ser planos, disputando, por exemplo, o conceito de bairro, destacando a escala de proximidade e o direito ao cotidiano e à vizinhança; podem ser instrumentos de ação, como a Perícia Popular ou as Parcerias Público-Populares, que tensionam modos de fazer políticas públicas; podem ser plataformas de visibilização e interação sobre questões candentes na esfera pública, como o Observatório de Conflitos; podem ser estratégias de mobilização, como vídeos, faixas, carros de som, rádios comunitárias, audiências, oficinas; pode ser a ação conjunta em espaço público, em mobilizações defendendo pautas de vida; pode ser a ação formativa aberta, em processo, congregando diferenças e construindo possibilidades de outros mundos.

Elementos de problematização da experiência

Que questões mais gerais podem então ser colocadas acerca de experiências extensionistas, uma vez que elas não se resumem ao momento da insurgência ou do conflito aberto? Restrinjo-me a 3 delas, que derivam das considerações anteriores e se misturam às práticas enquanto perspectivas férteis de reflexão.

- *Comuns acumulados e sobrepostos e sua necessária articulação*

A prática da extensão busca contribuir para a constituição de um comum, através da construção de razão alternativa. Mas não partimos de espaço vazio, ou seja, a extensão agrega camadas ao existente que já está em movimento.

São várias as dimensões do comum que organizam a vida social, mesmo se não reconhecidas formalmente como tal. Trata-se de redes de cooperação, redes de solidariedade e afeto e redes de ação política que permeiam as relações cotidianas tanto no lugar da ação quanto na universidade.

No processo de trabalho, importa explicitar aquelas concernidas pelo processo em curso; o reconhecimento de cada uma e sua articulação. Trabalho permanente e delicado, pois em movimento, em conflito e com regras próprias. Espaços de obscuridade (a respeitar), sobre os quais nem sempre vale a pena insistir – tráfico de drogas, por exemplo –, mas que sem dúvida colocam limites à construção do comum e *em comum*.

Inspirando-me em Marx, penso que podemos pensar em um *comum em si* (existência latente) e em um *comum para si* (existência potente). Este *comum para si*, instituinte, ressignifica o *comum em si* e se requalifica a partir do latente. É o movimento promissor e esperançoso entre o conflito e sua superação, entre o dado, o criado e o possível.

- *Poder de fala, de escuta e ativação de diversos agentes*

A universidade, apesar de uma crise que se acentua, goza ainda de bastante legitimidade e guarda proximidade com esferas de poder, pois é parte da mesma estrutura social hegemônica. Tem, portanto, possibilidades de acesso a poderes constituídos, sobretudo os de âmbito local. A relação ainda absurdamente assimétrica entre universidade e comunidade na esfera pública requer uma ação conjunta que busque ampliar o espaço de legitimação das demandas colocadas e de seus sujeitos formuladores. Esse espaço é político e argumentativo, além de mobilizar solidariedades de outros agentes e instituições.

É uma forma de partilha, fundamental à construção do comum, ampliando sua adesão e presença no espaço social e político. Incorporar o outro, garantindo sua legitimidade, resulta da construção simultânea de *poder de fala*, *poder de escuta* e *poder de acesso*, em espaço compósito e plural, teórico-experimental, agregando sujeitos de resistência e de criação. Desse trabalho cooperativo deriva alegria e solidariedade.

Mas entender que esse também pode ser um trabalho permeado por conflitos, tendo em vista as expectativas de cada conjunto de moradores e da própria universidade. Reconhecer a legitimidade

dos sujeitos e trabalhar nas diferenças é um desafio permanente, buscando coesão e construindo possibilidades de confluência. A rede que então se forma, que se expande e se contrai, envolvida ou afetada com a questão, traz diferentes agentes – técnicos, políticos, jurídicos, sociais, culturais, públicos, educacionais, de saúde, comunitários, acadêmicos – que se comprometem, embora de formas variadas, com a “práxis instituinte” que busca aflorar.

Espaço compósito que atua como condensador e potencializador de escalas e de redes e, ao mesmo tempo, enfrentamento com os que se opõem à práxis instituinte da construção do comum.

- *Temporalidades e desdobramentos: comum em permanência*

As relações que se tecem na ação extensionista não finalizam com o fim do trabalho. Ou: o trabalho em geral não tem fim. Desdobramentos para outros projetos, apoios ou mesmo implementação do conquistado. Ou seja, um comum instituinte gera engajamento de diferentes temporalidades. Uma certa estabilidade da universidade, sobretudo a pública, e a possibilidade de permanecerem projetos colaborativos socialmente desejados é o oposto do funcionamento regido apenas pela lógica do mercado, seja qual for, inclusive o acadêmico.

O tempo político e jurídico também cumpre um papel importante nessas definições. E o papel das lideranças é fundamental em termos de permanência, em geral com um coletivo mais reduzido. Trata-se de assimetrias no uso do tempo: engajamento em geral remunerado enquanto membros da universidade versus a utilização do tempo livre, de lazer ou descanso investido nas atividades pelos sujeitos da ação.

Tantas questões podem ser colocadas para a compreensão da criação e da permanência de espaços comuns em trabalhos de assessoria. É fundante alimentar um caráter não episódico da extensão e um comum sempre em processo.

Em uma construção do conhecimento enquanto trincheira, atuante na transformação do real, esse é um processo permanente, sem fim. É também o que alimenta a ação e a esperança.

Positionality in the University–Territory Relationship: Three Movements and a Hypothesis for Reflecting on and Engaging in Extension¹

Ana Fernandes

Abstract

The text examines the university-territory relationship, proposing extension as the construction of an alternative rationality grounded in the commons. After revisiting the main traditions of extension, the author adopts a Latin American positionality to address contemporary challenges. Three movements – confrontation, interpellation, and weaving – guide practices that expose hegemonic devices shaping cities and knowledge production, open spaces for cognitive justice, and build plural, conflictual yet solidaristic relationships with territories. Drawing on concrete experiences, the text shows how extension activates collectives, empowers invisibilized subjects, articulates diverse knowledges, and generates commons-in-the-making, thereby contributing to the democratic transformation of urban contexts.

Keywords: Positionality; Counter-hegemonic knowledge; Urban Commons.

Taking a stand on the shared production of knowledge between the university and territories is a complex, open question that demands specific strategies to make such positioning viable. Thus, first, a brief overview of how the university-society relationship is established as a problem. Then, considering the university's social engagement in an era of growing tragedies, three movements are examined – confrontation, interpellation, and weaving – considered essential to grasping and practicing extension. Finally, a hypothesis: understanding extension as an *alternative rationality*².

Extension as a concern: the need for extension

The extension issue derives from the turbulence of the conjunctures at the turn of the eighteenth to the nineteenth century, a period in which modernity shaped «a world that never becomes fully modern» (Berman: 1986 [1982]:16).

¹ Translation into English edited by Lucia Capanema-Alvares.

² Text presented at the seminar “The Role of the University in Fragile Territories”, held in Milan in May 2025. Part of it – the section on the three movements – is published in Fernandes (2021).

Preceded, from the early decades of the nineteenth century onward, by the linkage between teaching and researching as the foundational pillars of the university – the so-called Humboldtian revolution – a growing need for 'extension' also began to take shape, meaning an active and cooperative relationship between university and society, conceived as a way to address crucial issues in a society facing successive crises³. We may think that extension expresses itself in four distinct forms over time, whose persistence – to greater or lesser degrees of dominance – can still be seen today, in combining, parallel, or conflicting actions.

The theoretical-abstract diffusion of knowledge may be considered one of its earliest manifestations, already in the early nineteenth century. It sought to expand the audience for what was being produced, without significantly altering the existing institutional structures.

A theoretical-practical construction emerges as a second form in the late nineteenth and early twentieth centuries, in which technical solutions were sought for serious problems in food production, expanding teaching structures into multiple locales, in interaction with producers in their specific contexts. This interaction, however, would also take other forms. The one relevant here is that articulated in terms of the social, the political, and the production of knowledge. From this emerges a third path, or a theoretical-practical-political problematization, such as that which took shape in Latin America in the mid-1960s, although it rarely appears in the literature as part of the extension periodization. De-Stalinization, civil rights movements, decolonization processes, the Cuban Revolution, and profound inequalities combined to shape specific positionalities in the university-society relationship on our sub-continent⁴: a Latin American positionality. In this case, what is at stake is rethinking the very production of knowledge – its

3 Its full configuration, according to the literature, occurs only in the second half of the twentieth century (among others, Jones and Garforth, 1997; Santos and Almeida-Filho, 2008; Zomer and Benneworth, 2010-2011; Pinheiro, Langa and Pausits, 2015; Compagnuccia and Spigarelli, 2020), or, according to Berman, already in the blatant crisis of modernity, with a 'multitude of fragments.'

4 Paulo Freire, Brazilian (education as the practice of freedom), and Orlando Fals Borda, Colombian (*sentipensar* and action research), are certainly among its most prominent exponents (Freire, 1982; Borda, 2009; Mota-Neto, 2018).

multiple references, priorities, and modes of construction – congenitally linked to the pursuit of a counter-hegemonic and plural political and social order. This horizon was built through accumulated discussions and actions in explicitly political realms as well as in the domains of education, knowledge production across various disciplines, social justice, and their interfaces. The participation, cooperation, and sharing of ideals, as well as an active concern with social reality, its territory, its correlated values and ways of thinking, play a fundamental role.

Notwithstanding, three decades later an inverse meaning would be given to this problematization, generating a fourth possibility. Globally, beginning in the 1990s – under various names – university extension would become marked by functionalism aligned with modes of accumulation and exploitation, political conservatism, and the commodification of academic and intellectual production.

Intertwined and simultaneous within university life and social and political life, these latter two positions, as guiding principles, seem to polarize debates on extension⁵ nowadays within a complex, heterogeneous configuration of movements and alignments across different scales.

As someone who aligns with the Latin American positionality that emerged in the 1960s and subsequently spread – with different temporalities and intensities depending on each country's political context – I, in this paper, seek to problematize issues as they appear today in our practices, which are simultaneously extension-oriented, educational, and knowledge-producing. Although far from hegemonic, this position has been gaining strength, generating tensions within various universities across multiple countries.

Let us therefore enter this universe, seeking to qualify and make it explicit. To do so, I draw on reflections stemming from the work of our research group⁶, engaged with critical issues

⁵ Which also comes to be referred to as the third mission.

⁶ The *Lugar Comum* Research Group of the Graduate Program of the School of Architecture at the Federal University of Bahia, established in 2010, has been working with communities and popular occupations to collectively develop neighborhood plans or other demands arising from them, through extension projects. The objective is to resist processes of eviction and the negative effects of high-end real estate developments and authoritarian urban policies, as well

in urbanism and urban planning. From this (expanded) field and its connections with cities and territories arise reflective and practical challenges.

Positionality

Let us begin with what may be called a reflective position, or the tensioning of the very subjects of thought. In the direction indicated by Gramsci⁷, when these subjects compose broader social collectives, they may become trenches. A trench, here, signifies bringing into the core of reflective and investigative action the struggle against inequalities, asymmetries, and injustices – a counter-hegemonic construction that tightly links the collective production of knowledge, freedom of

as to create coalitions in knowledge production that enable a more horizontal and democratic construction. From this emerges the research group's role as an interlocutor not only with entities such as the Public Prosecutor's Office and the Public Defender's Office, but also with national and international universities, as well as with local political representatives, members of residents' associations, among others. Conceptually, *Lugar Comum* has oriented its trajectory by engaging three key references: an understanding of the urban and the city as conflict and creation; urbanism as the potential of the common; and the production of rights and urbanity as a multiscalar, multifaceted, and (in)transitive perspective.

Based on these entanglements, the group works on a wide range of themes related to the city, the urban, and public policies, and, within this broad field, develops research and extension activities, always articulated with training primarily in the fields of architecture and urbanism, but also in law. In its action upon the city, the Group analyzes and positions itself in relation to interventions associated with the so-called corporate urbanism or ad-hoc urbanism, in their imperial relation to the preexisting territory and the consequent subtraction of rights. It also turns to the discussion of urban policy and its formulation dimensions, articulation, and practice, seeking to place pressure on the principles and materialities of its implementation, constructing mediations between the abstract thinking of propositions and their transmutation into concrete space capable of structuring collective life.

Thus, through comparative analyses or oriented toward specific situations, it examines the extent to which urbanism may become an object of case-driven actions, a malleable instrument subject to the corporate appropriation of the city, and, at the same time, the extent to which conflict becomes an ingredient in constructing a more democratic, anti-racist urbanism anchored in social rights, bringing to the surface power struggles, contradictions, and tensions implicit in its exercise. For additional information on the Group, see also Fernandes (2020) and Fernandes, Figueiredo and Leandro (2022).

⁷ According to Gramsci (1988: 74), the very «social cadres were themselves still capable of becoming highly fortified trenches».

thought, political choice, and the strengthening of plural logics of justice and democracy aimed at social transformation.

The stringing operation is realized through the idea of urgency. For Sorkin (2014), critical thought must situate the nature of its urgency. From this, the theoretical-practical world and the social time within which we move and upon which we act are delineated. The register is threefold: on the one hand, under conditions of an increasingly violent empire, where death is rendered banal, it becomes crucial to question regimes of truth – those propagated as inevitable or as the only ones capable of responding to the successive crises of our contemporaneity. On the other hand, by considering democracy as action (Rancière, 2005), it becomes necessary to fertilize the field of social multiplicity, its designs, and its forms of expression. That is, to participate and labor actively in the collective construction of social, political, and epistemic legitimacy, incorporating subjects rendered invisible, discredited, or even criminalized by the *status quo*, as well as giving space to their everyday and ordinary experiences, or else divergent or disruptive.

Finally, a movement toward cultivating care as an urgent and comprehensive life politics. Care understood as «an affective state, a vital material doing, and an ethical-political obligation» (Puig de la Bellacasa, 2010: 90), with a binding character among subjects. Against all the '-cides', including epistemicide, and dismantling death and its agents, this bond is nourished by the democratic expansion of vital horizons in all directions and dimensions – whether referring to race, gender, sexuality, environment, traditions, beliefs, cultures, knowledges, ways of life, or formulations of life impulses yet to come. These may thus be considered a reflective urgency, operated from trenches of thought and action.

Three Movements: Confrontation, Interpellation, Weaving

It is therefore a matter of reflecting, within our field of action – teaching, research, and extension – on three movements: confrontation, interpellation, and weaving, taking the processes currently elaborating in Brazilian reality as an anchoring reference, recognizing their permanently evolving character, whose terms and relations continuously demand deeper inquiry and investigation.

Confrontation

The hegemonic modes of political and economic action in cities, and their articulatory practices, have become increasingly oppressive, discriminatory, and exclusionary. These are processes well known in our field and outlined several decades ago, which have been deepening and generalizing through the takeover of the state by regulatory forms guided by private interests, generating violent movements of dispossession and ethnic, social, environmental, cultural, political, and cognitive devastation.

Although not exclusively, it is also through such processes that old and new social subjects are (re)configured, for the «'they' represents the condition of possibility of the 'us', its 'constitutive exteriority'» (Mouffe, 2011:25). Therefore, beyond the permanent trench for affirming the primary legitimacy of diverse social subjects and their societary horizons, it also becomes important to understand – through confrontation – the relations established by hegemonic agents: how they are structured, how their ideas and seductions circulate in proposing the present and future of our cities. In other words, to work across multiple scales.

Coordinated by rigid market rules and modeling, and by what is called financialized global post-Fordism, hegemonic actions simultaneously entail deregulation and the accelerated production of norms (Santos, 2001). This situation underpins the centrality of the so-called “*legal certainty*”, which regulates by deregulating, through institutional, political, and technical arrangements informed by hegemonic – generally strategic – urban and regional planning formulations, with fragile participation and materialized in what I call «*corporate urbanism*» (Fernandes, 2013), whether public, private, or hybrid. Thus, instruments for urban planning of social or public interest and legally established – such as Brazil’s celebrated yet limited City Statue (2001) – built through long and intense processes of social negotiation, have faced a progressive reduction of their scope for enabling socially and environmentally just and plural cities. More than that, this reduction has been accompanied – and at times replaced – by the rapid production of new legal instruments of private interest: public-private partnerships, private expressions of interest, concessions of all kinds, including urbanistic ones, and privatizations. The private sector

thus becomes able to appropriate, within its own conceptual, operational, and propositional sphere, the planning process itself – albeit in a fragmented way, generally focused on existing “luminous” spaces or those that it aspires to produce.

Increasingly distant temporal horizons are then envisioned, filled with the jargon of the “strategic” and the “sustainable”, and operated by an intricate network of agents in which national and global consulting firms – our major brokers of the future – hold considerable power.

This vision of the future tends, in general, to come accompanied by the rejection of contexts, populations, and their real needs. It is Milton Santos’s despotic clock, fueled solely by the imaginary of speed and fluidity and their corollaries of producing scarcity. In this sense, it becomes essential to *contract* the future (Santos, 2001), meaning to make it scarce – an object of care.

The movement of confrontation, therefore, establishes itself as the need to understand these modes of operating realities and perspectives – a marked future – and the uses of public resources for cities, along with their agents and configurations. It also openly interrogates our formative role (and its limits), our sources of funding, and the dialogical and conflictual possibilities of action in the world. More broadly, it rises against the various forms of authoritarianism and oppression through a rigorous intellectual, social, and political struggle against these procedures and their meanings, constructing counter-hegemonic practices in an agonistic sense (Mouffe, 2011).

In other words, the movement of confrontation recognizes the legitimacy of social subjects who have been rendered invisible and oppressed in the public arena by processes that recurrently deny them a place of existence – subjects deemed “blurred zones of no right”. And it seeks to collectively construct rationalities derived not only from economics but also from politics and from the care for life in all its dimensions.

Interpellation

The movement of interpellation begins with the assumption that beyond confronting hegemonic processes of space production, it is also necessary to decolonize our practices and epistemologies of knowledge, as they are restrictive and incapable of accounting for the multiplicity of existences. They also generate erasures

and other forms of oppression, as Bhabha sharply argues: discourses «produce, rather than reflect, their objects of reference» (Bhabha, 1998: 46). Thus, the idea is to interpellate, which here means to rigorously and openly question our accumulated universe of principles and concepts, seeking to engage with and give space to other systems of thought that must be considered equivalent in legitimacy, constructed within the public sphere. This is the struggle for cognitive justice.

In order to do so, it is important to denaturalize the spaces from which we think and understand, and to hear what they silence; and further, to question how we might interact with other modes of knowledge.

Regarding the first issue – problematizing the cognitive spaces from which we think and understand – it is worth recalling Mia Couto's precious conclusion regarding «the difficulty of translating not words, but thought» (Couto, 2009:17). The challenge, then, is to recognize that we draw – however critically – from a constituted Western thought, inherited and renewed as the only form of world rationality, a mix of what Santos (2002) calls 'arrogant reason' – which imagines itself free, and 'metonymic reason' – which imagines itself the only form of rationality. These rationalities must be mobilized and denaturalized simultaneously.

This means interpellating our modes of understanding by recognizing our position as subjects or «the social voice that speaks [to] us» (Escobar, 2011: 265). And, simultaneously, opening ourselves to distinct systems of thought, other social voices that, without any exoticism or folklore, are organized through other ontological and societal structures. Can one decolonize reason while remaining within the same philosophical spaces? The same academic spaces? With the same institutionalized subjects? It becomes crucial, then, to recognize these other forms of domination, submission, and naturalization, whether territorial, urban, or academic. And to interpellate our own knowledge-production practices, seeking to un-silence repertoires, perceptions, and world constructions in a simultaneous process of re-alphabetization and re-learning. The second question – how to interact with these other worlds and ways of knowing – leads us to another set of concerns: if it is impossible to be the other, how can one proceed? Through an

interaction grounded in reciprocal legitimation – agreed upon and symmetric? One that recognizes and values other subjects? Here, the concept of the common may be operative through the ideas of communication among singularities, of mobilization, and of speaking power. The common is based on communication between singularities, and is instituted as a relation between a collective and one or several things (Hardt and Negri, 2005; Dardot and Laval, 2014). It is not a pre-constituted entity, nor an organic substance, nor a pastoral, pacified collective: the common is instituted as collaborative work and process – at once a conflicting and solidary social construction.

In this sense, the task would be to construct a composite and plural space in which members mutually legitimize one another, and in which speaking power and listening power are constructed simultaneously. That is, a plural system of references, collectively legitimized – one that avoids, on the one hand, any slide toward the idea of pure (or autogenous) thought, and on the other, the notion of collective subjects eternally dependent on hegemonic reason. As Hardt and Negri, building on Paolo Virno, assert: «our power of speech is based on the common; that is, our language is shared; every linguistic act creates the common; the very act of speaking is carried out in common, in dialogue, in communication» (Hardt and Negri, 2005: 262).

The joint operation of language would therefore offer a possibility for coexisting and working with distinct systems of thought, enabling us to enter other possibilities of meaning and interpretation. Perhaps, we may construct other modes of understanding a world that is ontologically diverse, with circular, causal, dialectical, magical, microcosmic thought. All ethically formulated from subject-subject relations, and thus inevitably political.

In other words, a permanent theoretical-experimental space that enables the expression of diverse systems of thought and the collective construction of meanings and perspectives. It is not a question of including this construction within a pre-existing structure, simply expanding it – as inclusion policies seek to do. It is, as Tapia (2010) suggests, a matter of articulating in a new way social structures stemming from different societal matrices – that is, distinct social relations, cosmologies, languages, and

structures of authority.

This theoretical-experimental space – potentially a common space as well – interpellating academia and its hegemonic forms, calls to be problematized and constructed, bringing together different knowledge subjects and systems of thought in spaces and situations to be rediscovered and reinvented.

Weaving

Here, *weaving* is understood as a practice of encounters, of forming plural convergences around an urgency, an interest, or a conflict that strains and pushes a collective horizon. It is a metaphor that refers to «the procedural, open, and relational character of the practice of defining a shared field» (Fernandes, Figueiredo and Leandro, 2022), a commons-in-the-making which, as an alternative rationality (Dardot and Laval, 2014), seeks pathways situated beyond stabilized regimes of knowledge and action.

Considering, on the one hand, that the conflicts inherent to collective life cannot be avoided – because they are intrinsic to the multiplicity of interests at play – and, on the other hand, that practices are contingent (Mouffe, 2011), with no rational solution given *a priori* and no safe or pre-established normative route, the task becomes ensuring ourselves of democratic principles capable of guiding such action. This is especially crucial given that hegemony is a process: it does not exist passively, it is continuously challenged to varying degrees.

In other words, mobilizing around the commons entails activating expansive societal practices in terms of rights, knowledges, and collective aspirations – practices that must be permanently instigated. It is therefore essential to guarantee the legitimacy of social agents in presence, their knowledges, traditions, refusals, and aspirations, and to recognize and respect differences, open to the construction – even if conflictual – of bonds of trust, loyalty, and solidarity. These action principles, long articulated, are nevertheless still precariously implemented due to a range of circumstances across our social, political, academic, and professional practices.

Within this movement, the notion of territory asserts itself as the concretion of social multiplicity and political relations in space. This requires acknowledging that there are no empty territories

and that to act upon them necessarily entails recognizing their diverse forms of existence and taking them as the starting point. But what do we know about these territories when they are opaque and devalued – perversely characterized as if constituted only by lack and deprivation? How can we perceive, distinguish, and analyze the solidaristic and common logics that govern so many other forms of urban life – and align ourselves with them? Generally invisible in the daily lives of those who do not participate in them, moments of crisis – pandemics, extreme events, disasters – reveal the vitality of a diffuse social fabric in motion, evidencing its capacity for organization and mobilization, particularly through solidarity actions in popular territories. It is therefore fundamental to engage with and articulate these living territories through their social operators – local leaders or nodes of influence – across their various organizational forms: community radio stations, cultural and religious spaces and groups, schools, and security and health facilities, among others.

To reflect on these processes of articulating the social fabric through its own spatial practices, the idea of lived space (Lefebvre, 2000) is particularly inspiring. Lived space, in contrast to conceived space, is rooted in inhabitants-as-subjects and involves everyday, affective, bodily, and opaque temporalities. Ribeiro's 'thread-gestures' inspire in the same direction. In a powerful critique of «mechanistic and functionalist interpretations of urban life» that reduce its complexity, Ribeiro seeks to account for the making of society by looking at «the actions that resist the destruction of values and practices that ensure social reproduction». Such thread-gestures, «elaborated through spontaneous action,» weave and «stitch knowledges to co-presence,» stimulating the «capacity to narrate simple exchanges that confront both catastrophic discourse and grand narrative» (Ribeiro, 2005: 412, 416-417).

Expanding this compelling understanding – and now thinking not of spontaneous action but of active intentionality – we propose the notion of 'thread-actions' to approach the practices of territorial social operators, which are likewise active elements of the social weaving and deeply imbued with territory in everyday life. These are rights-bearing subjects engaged in 'thread-actions', typically collective, responding to specific, situated demands

and aspirations through diverse networks of contact and collaborative work, at different scales and durations. Closely tied to place and the everyday – domains fortunately resistant to the taming of Cartesian (di)visions – these ‘thread-actions’ struggle for vital spaces for collective, sensitive, democratic reproduction in the city.

Thus, while hegemonic processes, as previously discussed, tend to operate through a contraction of the future and an expansion of the present, here – in counter-hegemonic processes – it becomes important to proliferate the creation of futures and alternatives, and to contest them. There is, therefore, an «urgency to decolonize the future» (Miraftab, 2016:364), through the plural construction of human realities in all their complexity and «nourished by the simple need to continue existing» (Santos, 2001:133). Fortunately, countless experiences already point toward such pathways and possibilities, yearning for systematization, critique, formulation, dialogue, and dissemination.

Extension as Alternative Rationality

We thus propose – drawing on accumulated knowledge from the field, from the University, and from the experience of the *Lugar Comum* Research Group, and in dialogue with the stimulating theoretical formulations of Hardt and Negri and Dardot and Laval – that extension be understood as the construction of an alternative rationality through the institution of commons. Thus, it is the connection between a collective that identifies a problem and cares for it (an ethical-political imperative) – a neighborhood, community, favela, river, square, *terreiro*, heritage site, stone, beach, courtyard, meaning, tradition, expression, invention – that tends to constitute a common. Extension is thus understood as a collective practice: a practice ‘of confrontation and instituting praxis in the face of the world’s tragedy’ (Laval e Dardot, 2014). In other words, it is not only a matter of reaction, but also of creation and proposition (Hardt and Negri, 2005), through the construction of interfaces. These interfaces pulse simultaneously under different rhythms of life and belonging, and converge toward shared and mutually significant interests, aggregating differences and cultivating coexistence. The mobilization of the common therefore emerges

conditioned by its elaboration into politics.

This is a process through which everyone is transformed. It is a process that is, at once, permanent (because of the bonds of solidarity and experience it builds) and fleeting (due to the various orders of interruptions that impose themselves). Extension also concerns the social and technical division of labor, seeking to overcome alienated labor and to construct possibilities for free, situated work – which implies continuity and duration.

How, then, can we think through this set of questions in the practice of extension, drawing from experience?

Elements of Experience

The nature of social urgency rests upon conflicts that threaten rights, constructing a collective – a rights-bearing collective subject. From this urgency, the movement is resumed, mobilizing networks, straining and expanding them. These are situations anchored in and deriving from the social and political construction of processes of non-existence – connected to the idea of exclusion, which means being and remaining outside the defined universe of inclusion because deemed irrelevant. This makes co-presence impossible. Or processes of social invisibilization – connected to the idea of segregation, when involved subjects are disregarded as unworthy of respect and esteem. Or processes of injustice – generally in a double register: one concerning the prevailing normative framework (not applied); the other concerning what ought to be considered just, which requires mobilizing elaboration and creation.

As the involved dimensions are, more often than not, entangled, the task becomes to, through collective networking, bring vulnerable social subjects into public existence, removing them from non-existence and invisibility, and seeking justice. This entails an urgency to elaborate arguments, mobilize and articulate as many instances as necessary, activate instruments, and formulate propositions that can confront plans and projects of a hegemonic, vertical, and authoritarian nature.

But it also requires sensitivity to maintain invisibilities – those sensitive to the ways of living and constraints of each place. Total transparency is not required, as police or security control techniques might imagine, but legitimacy is.

Many terms can describe these processes. From our experience,

they may take the form of plans, contesting – for example – the concept of neighborhood, emphasizing proximity and the right to everyday life and neighborly relations; they may be action instruments, such as *Perícia Popular* or Public-Popular Partnerships, which strain conventional ways of implementing public policies; they may be platforms for visibility and interaction on pressing issues in the public sphere, such as the *Observatório de Conflitos*; they may be mobilization strategies, including videos, banners, sound trucks, community radios, hearings, workshops; they may be collective action in public space, mobilizations defending life-related agendas; they may be open, formative action, ongoing, bringing together differences and constructing possibilities for other worlds.

Elements for Problematizing Experience

What more general questions can be raised regarding extensionist experiences, given that they are not limited to moments of insurgency or open conflict? I will limit myself to three, derived from the previous considerations and intertwined with practices as fertile perspectives for reflection.

- *Accumulated and Overlapping Commons and Their Necessary Articulation*

Extension practice seeks to contribute to the constitution of a common through the construction of alternative rationality. Yet we do not start from empty space; that is, extension adds layers to what already exists and is in motion.

There are multiple dimensions of the commons that organize social life, even if not formally recognized as such. These include networks of cooperation, networks of solidarity and affection, and networks of political action that permeate everyday relationships both in the field of action and within the university. In the work process, it is important to make explicit the dimensions concerned with the ongoing process – the recognition of each and their articulation. This is permanent and delicate work, as it is in motion, in conflict, and governed by its own rules. There are spaces of obscurity (to be respected), over which it is not always worthwhile to insist – drug trafficking, for example – but which undoubtedly impose limits on the construction of the common and of the *in-common*.

Drawing on Marx, I consider that we can think of a *common in itself* (latent existence) and a *common for itself* (potent existence). This *common for itself*, instituting, re-signifies the *common in itself* and requalifies it from the latent. It is the promising and hopeful movement between conflict and its overcoming, between the given, the created, and the possible.

- *Power of Speech, Listening, and Activation of Diverse Agents*

The university, despite an accentuating crisis, still enjoys considerable legitimacy and maintains proximity to spheres of power, as it is part of the same hegemonic social structure. It therefore has access to established powers, especially at the local level. The still absurdly asymmetric relationship between university and community in the public sphere requires joint action to expand the space of legitimation for the demands presented and for their formulating subjects. This space is political and argumentative, and mobilizes solidarities among other agents and institutions.

It is a form of sharing, fundamental to building the commons, increasing its adherence and presence in the social and political space. Incorporating the other, guaranteeing their legitimacy, results from the simultaneous construction of *power of speech*, *power of listening*, and *power of access*, in a composite and plural, theoretical-experimental space, aggregating subjects of resistance and creation. Joy and solidarity derive from this cooperative work.

However, understanding that this can also be a conflict-laden endeavor, given the expectations of each group of residents and the university itself, recognizing the legitimacy of subjects, and working with differences is a permanent challenge, seeking cohesion and building possibilities for convergence. The network that forms, expands, and contracts, engaged or affected by the issue, brings together different agents – technical, political, legal, social, cultural, public, educational, health-related, community, academic – who commit, albeit in varied ways, to the “instituting praxis” seeking to emerge.

This composite space acts as both a condenser and amplifier of scales and networks and, simultaneously, a confrontation with those opposed to the instituting praxis of constructing the commons.

- *Temporalities and Developments: The Commons in Permanence*

The relationships woven through extensionist action do not end with the completion of work. Or, more precisely: the work in general has no end. Developments extend to other projects, supports, or even the implementation of what has been achieved. That is, an instituting common generates engagement across different temporalities. A certain stability of the university – especially the public university – and the possibility for socially desirable collaborative projects to persist contrasts with operation governed solely by the market logic, whatever form it may take, including academic.

Political and legal time also play an important role in these definitions. The role of leadership is crucial in terms of permanence, generally involving a smaller collective. This reflects asymmetries in time use: engagement typically remunerated for members of the university versus leisure or free time invested by the subjects of action.

Many questions can be raised to understand the creation and persistence of common spaces in consulting jobs. It is foundational to sustain a non-episodic character of extension and a common always in process. In constructing knowledge as a trench, actively engaged in transforming reality, this is an ongoing process, with no end. It is also what nourishes action and hope.

Bibliografia / Bibliography

Berman M. (1986) [1982]. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.

Bhabha H.K. (1998). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Borda O.F. (2009). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Antología. Buenos Aires: CLACSO.

Compagnuccia L., Spigarelli F. (2020). «The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints». *Technological Forecasting & Social Change* 161. DOI: 10.1016/j.techfore.2020.120284.

Couto M. (2016). «Línguas que não sabemos que sabíamos». In: Couto M. *E se Obama fosse Africano? e outras interinvenções. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 11-24.

Dardot P., Laval C. (2014). *Commun. Essai sur la Révolution au XXIème Siècle*. Paris: La Découverte.

Escobar A. (2011). «¿«Pachamámicos» versus «modérnicos»?». *Tabula Rasa*, 15: 265-273.

Fernandes A. (2013). «Decifra-me ou te Devoro: urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do urbanismo no Brasil». In: Gonzales S.F. N., Francisconi J.G., Paviani A., Eds, *Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira: objeto, teoria, prática*. São Paulo-Rio de Janeiro: Livre Expressão, 83-107.

Fernandes A. (2020). «Lugar Comum, Salvador da Bahia». In: Walker J., Bau Carvalho M., Diaconescu I., Eds., *Urban Claims and the Right to the City: Grassroots Perspectives from London and Salvador da Bahia*. Londres: UCL Press, 6-10. Available on: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv13xprh7>

Fernandes A. (2021). «Três Éticas para o Planejamento Urbano». In: D'Ottaviano C., Fernandes Queiroz de Medeiros S.R., Eds., *Planejamento urbano e regional: ensino pesquisa e extensão*. Belo Horizonte: ANPUR, 73-98.

Fernandes A., Figueiredo G.C.S., Leandro G. (2022). «Weaving Commons in Salvador (Bahia, Brazil): urgency, recognition, convergence». In: Stavrides S., Travlou P., Eds., *Housing as Commons*. London: Bloomsbury.

Freire P. (1982). *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gramsci A. (1988). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hardt M., Negri A. (2005). *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.

Jones G.E., Garforth C. (1997). «The history, development, and future of agricultural extension». In: Swanson B.E., Bentz R.P., Sofranko A.J., Eds., *Improving agricultural extension. A reference manual*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2-12.

Lefebvre H. (1991). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes.

Lefebvre H. (2000). *La Production de l'Espace*. Paris: Éditions Anthropos.

Miraftab F. (2016). «Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano». *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3): 363-377.

Mota-Neto J.C. (2018). «Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana». *Folios*, 48:3-13.

Mouffe C. (2011). *En Torno a lo Político*. México: Fondo de Cultura Econômica.

Pinheiro R., Langa P.V., Pausits A. (2015). «One and two equals three? The third mission of higher education institutions». *European Journal of Higher Education*, 5(3):1-17.

Puig de la Bellacasa M. (2010). «Matters of care in technoscience: Assembling neglected things». *Social Studies of Science*, 41(1): 85-106.

Rancière J.A. (2005). *Partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo: Exo exp.

Ribeiro A.C.T. (2005). «Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana». *Caderno CRH*, 18(45): 411-422.

Santos B.S. (2002). «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237-280.

Santos B.S., Almeida-Filho N. (2008). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.

Santos M. (2001). *Por uma Outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record.

Sennet R. (2012). *Together. The Rituals, Pleasure and Politics of Cooperation*. New Haven-London: Yale University Press.

Sorkin M. (2014). «Critical Measure. Why Criticism Matters». *Architectural Review*, 235(1408): 91-99.

Tapia L. (2010). «Consideraciones sobre el estado plurinacional». *Bolivian Research Review/Revista*, 8(2): 1-22.

Zomer A., Benneworth P. (2011). «The rise of the university's Third Mission». In: Enders J., de Boer H., Westerheijden D.F., Eds., *Reform of higher education in Europe*. Rotterdam: Sense Publishers, 81-101.

Ana Fernandes é professora titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretora entre 1999 e 2003. É doutora (1985) em Aménagement et Environnement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne) e concluiu um pós-doutorado na Columbia University (1996-1997) e na École d'Architecture Paris Malaquais (2004). É pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e coordenadora do grupo de pesquisa "*Lugar Comum*". Suas principais áreas de ensino e pesquisa são: História e Memória da Cidade e Urbanismo; Produção da Cidade, Espaços Públicos, Espaços Comuns; Política e Direito à Cidade. anaf@ufba.br

Ana Fernandes is a full professor at the Faculty of Architecture at the Federal University of Bahia, where she was director between 1999 and 2003. She hold a PhD (1985) in Aménagement et Environnement from the Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne) and completed a post-doctorate study at Columbia University (1996-1997) and at the École d'Architecture Paris Malaquais (2004). She is a National Research Council researcher coordinator of the research group "*Lugar Comum*" (Common Place). Her main areas of teaching and research are: History and Memory of the City and Urbanism; Production of the City, Public Spaces, Common Spaces; Politics and the Right to the City. anaf@ufba.br